

Alexandre manda apurar vazamento sobre gastos de Bolsonaro

Após a Polícia Federal encontrar no telefone do principal ajudante de ordens do presidente Jair Bolsonaro (PL) mensagens que levantaram suspeitas de vazamento de investigações sobre transações financeiras feitas no gabinete do presidente da República, o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes determinou a abertura de procedimento administrativo sigiloso para investigar o caso.

Carlos Moura/SCO/STF



Alexandre de Moraes determinou a abertura de procedimento administrativo sigiloso
Carlos Moura/SCO/STF

Entre as determinações do ministro está a juntada das reportagens mencionadas nos links indicados no procedimento administrativo, como as publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo*

O ministro determinou também que o delegado da Polícia Federal que atua no processo preste informações sobre os fatos noticiados e informe os nomes de todos os policiais federais que têm conhecimento dos assuntos investigados.

Sobre o caso

Conversas por escrito, fotos e áudios trocados pelo tenente-coronel Mauro Cesar Barbosa Cid, ajudante de ordens de Bolsonaro, com outros funcionários da Presidência sugerem a existência de transações financeiras suspeitas, como depósitos fracionados e saques em dinheiro.

Com base nesses indicativos coletados pela polícia, o ministro Alexandre autorizou a quebra do sigilo bancário de Cid, atendendo a um pedido da PF, que busca descobrir a origem do dinheiro e se há uso de verba pública. As transações estão sendo analisadas no âmbito de um inquérito policial, mas ainda não há acusação ou mesmo confirmação das suspeitas levantadas pela PF.

A quebra de sigilo bancário ocorre dentro do procedimento que apura o vazamento de uma investigação sobre um *hacker* no Tribunal Superior Eleitoral. A apuração foi compartilhada por Alexandre e agora tramita no inquérito das milícias digitais.

Nessa investigação, Cid teve o sigilo telemático (e-mails, arquivos de celular e nuvem de

armazenamento) quebrado por ordem de Alexandre. Na análise desse material, a PF encontrou movimentações financeiras que considerou suspeitas.

Em conversas por aplicativos de mensagens, integrantes da Ajudância de Ordens trocaram recibos de saques e depósitos e falaram sobre o pagamento de boletos. Uma das suspeitas da PF é sobre o pagamento de uma fatura de plano de saúde de um parente do casal presidencial.

Outra suspeita é o pagamento fracionado para uma tia de Michelle Bolsonaro, que cuida da filha do casal, Laura, quando a primeira-dama está em compromissos ou em viagens. Depósitos fracionados e saques em espécie chamaram a atenção da polícia, que desconfia da tentativa de ocultar a procedência do dinheiro. A investigação busca saber se despesas particulares podem ter sido bancadas com dinheiro público.

**Clique [aqui](#) para ler a decisão
PET 10.405**

Date Created

28/09/2022